

DE ALDEIA A VIÇOSA: O CONJUNTO URBANO TOMBADO E A EMERGÊNCIA DE UM PATRIMÔNIO TERRITORIAL EM VIÇOSA DO CEARÁ / CE.

Yan de Abreu Gomes Vasconcelos ¹

RESUMO

O presente trabalho tenciona fazer uma breve análise sobre o cenário patrimonial na qual se insere a cidade de Viçosa do Ceará, localizada no alta da Serra da Ibiapaba, no estado do Ceará. Iniciamos fazendo uma análise sobre o transcurso de formação da cidade, enfocando, sobretudo, no passado enquanto aldeamento indígena. Posteriormente, analisamos o processo de tombamento que resultou na salvaguarda do conjunto urbano da cidade em 2005. Por fim, refletimos sobre a emergência de um patrimônio territorial indígena na cidade serrana. Nossos procedimentos metodológicos se centraram em três eixos: prospecção bibliográfica, análise documental e atividades de campo. Como resultados preliminares refletimos sobre como o patrimônio cultural pode reforçar, nos dias atuais, um pensamento eurocêntrico e colonial estabelecido desde o século XVII na Serra da Ibiapaba e como a arte em barro produzida no Sítio Tope pode ser interpretada como uma prática cultural de origem indígena que resistiu a esse colonialismo decorrente da ocupação portuguesa na região.

Palavras-chave: Patrimônio cultural, Formação territorial, Patrimônio territorial, Viçosa do Ceará.

RESUMEN

El presente trabajo pretende realizar un breve análisis del escenario patrimonial en el que se ubica la ciudad de Viçosa do Ceará, ubicada en lo alto de la Serra da Ibiapaba, en el estado de Ceará. Comenzamos analizando la formación de la ciudad, centrándonos, sobre todo, en su pasado como aldea indígena. Posteriormente, analizamos el proceso de catalogación que resultó en la salvaguarda del conjunto urbano de la ciudad en 2005. Finalmente, reflexionamos sobre el surgimiento de un patrimonio territorial indígena en la ciudad serrana. Nuestros procedimientos metodológicos se centraron en tres ejes: investigación bibliográfica, análisis documental y actividades de campo. Como resultados preliminares, reflexionamos sobre cómo el patrimonio cultural puede reforzar, hoy en día, un pensamiento eurocéntrico y colonial establecido desde el siglo XVII en la Serra da Ibiapaba y cómo el arte en barro producido en Sítio Tope puede interpretarse como una práctica cultural de origen indígena que resistió a este colonialismo resultante de la ocupación portuguesa en la región.

Palabras clave: Patrimonio cultural, Formación territorial, Patrimonio territorial, Viçosa do Ceará.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará - UFC, yancdz@gmail.com;

O estado do Ceará se inseriu de forma tardia no debate acerca da preservação e conservação de conjuntos arquitetônicos urbanos iniciado ainda nos anos 1930 com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Em solo cearense tal discussão tomou forma apenas no final dos anos 1990, com o tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de Icó e do conjunto arquitetônico e paisagístico de Aracati no ano de 1998.

Posteriormente, o estado ainda teria mais dois conjuntos urbanos chancelados com a proteção do IPHAN, o de Sobral, ratificado no ano 2000 e o de Viçosa do Ceará, em 2002. Cada um desses conjuntos históricos, com as suas especificidades, nos auxilia na compreensão do processo de formação e evolução territorial do Ceará durante o período colonial brasileiro, contudo nossa investigação se centrará naquela que possui suas raízes intimamente ligada aos povos originários do país, Viçosa do Ceará.

Viçosa do Ceará foi a primeira vila erigida na Serra da Ibiapaba, importante formação geomorfológica localizada na divisa do estado do Ceará com o Piauí. Contudo, apesar de sua fundação oficial datar da metade do século XVIII, do ano de 1759, suas origens provêm do ano de 1700, com o estabelecimento da Aldeia de Ibiapaba (palavra de origem tupi cujo significado pode ser traduzido como “terra cortada/talhada” ou “fim da terra alta” (SOBRINHO, 1945), fruto de sucessivas tentativas de instalação de uma missão jesuíta na região serrana (LEITE, 1943).

Embora tenha seu passado intrinsecamente ligado aos povos indígenas, pouco restou da antiga missão jesuítica na Ibiapaba. As antigas ocas de madeira e palha foram, com o avançar do tempo, substituídas por edificações no estilo colonial português, característica marcante nas cidades históricas brasileiras. Apesar disto, o discurso indianista, a partir do entendimento da cidade enquanto “documento” (SANT’ANNA, 2015, p. 306), foi peça preponderante no processo de tombamento e consagração do conjunto urbano dessa cidade serrana cearense (IPHAN, 2002).

Tais questões nos levaram a refletir sobre as marcas culturais que resistiram ao processo de colonização portuguesa em terras cearense, sobre quais vestígios da cultura dos povos originais ainda se expressam no território do que antes compunha a Aldeia de Ibiapaba e, posteriormente, Vila Viçosa Real da América. Tais patrimônios resistentes perante as pressões de grupos sociais dominantes que atuam impondo a sua visão cultural de mundo, Costa (2016) vai nomear de patrimônio-territorial.

Assim, em nossa investigação de doutoramento nos propomos a analisar esse patrimônio perpetuado enquanto uma forma de resistência ao transcurso da empresa colonial portuguesa no século XVIII. Ademais, procuraremos refletir sobre processo de formação territorial cearense através dos quatro conjuntos urbanísticos tombados a nível federal presentes no estado, focalizando, sobretudo na antiga Vila Viçosa Real, atual Viçosa do Ceará. Sobre o tombamento do conjunto urbano e arquitetônico da cidade, objetivamos analisar como ocorreu este processo, discutir eventuais contradições entre o que pensado e justificado no estudo de viabilidade do tombamento, analisar o que de fato se concretizou quando finalizado o processo de salvaguarda, compreender como esse passado ligado às populações indígenas foi utilizado para o reconhecimento dessa área e como o tombamento auxiliou na construção ou amplificação de um pensamento colonial que hoje reverbera intensamente na cidade.

Contudo, o que apresentaremos no corpo deste trabalho serão apenas algumas reflexões, de caráter bastante preliminar, que estamos realizando, sobretudo, após o levantamento e leitura de algumas fontes bibliográfica históricas, do processo de tombamento do conjunto urbano e arquitetônico de Viçosa do Ceará, e da realização das primeiras incursões a campo nesta cidade serrana cearense.

METODOLOGIA

O processo investigativo a qual propomos em nossa investigação pressupõe a utilização de um conjunto de instrumentos metodológicos que nos permita analisar os aspectos concernentes ao processo de formação territorial de Viçosa do Ceará, bem como de algumas cidades vizinhas que no passado estavam sob administração da antiga Vila Viçosa Real da América, e de seu acervo patrimonial.

Desta forma, optamos por elencar técnicas metodológicas de cunho qualitativo que irão auxiliar nesta análise. Para organizar nosso roteiro de pesquisa, dividimos nossa investigação em três “eixos” metodológicos, como está demonstrado a seguir:

Prospecção bibliográfica. A prospecção bibliográfica nos permitirá avançar e nos aprofundar em nossas reflexões teóricas. Este eixo se realiza em um minucioso levantamento, compilação e leitura de obras que versem sobre os conceitos, definições e temáticas que iremos utilizar na elaboração do nosso arcabouço teórico. Tal busca será realizada em livros, dissertações, teses, revistas acadêmicas, artigos científicos, em meios formais, como em bibliotecas públicas e bibliotecas de instituições acadêmicas, e em meio digital através de visitas a websites que compartilham produções acadêmicas.

Análise documental. Esta etapa é importante visto que nos permitirá inserir a dimensão do tempo em nossa discussão. Nos centraremos no levantamento de materiais que nos propiciem uma visão histórica da formação e ocupação do espaço naquela região. Assim, esse eixo consistirá em na catalogação e análise de documentos e registros históricos (ordens e cartas régias, correspondências, jornais e revistas antigas) obtidos em importantes livros que narram a história do Ceará, bem como da Serra da Ibiapaba.

Outro processo importante é a obtenção de fotografias e mapas antigos, adquiridos em pesquisas junto aos órgãos oficiais dos municípios e nos acervos digitais da Biblioteca Nacional, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

Tal pesquisa documental nos será essencial na busca de compreender as maneiras como nossa região de estudo foi apresentada e/ou representadas em documentos técnicos/formais/imperiais, mas também entender como historiadores, geógrafos, antropólogos, entre outros estudiosos da época, pensaram e representaram a região.

Trabalho de campo. Outro instrumento metodológico importante em nossa pesquisa serão as atividades de campo. Minayo (2002) compreende as atividades de campo como sendo o recorte empírico ou real da construção teórica elaborada durante o processo investigativo científico. É nas atividades de campo que iremos nos inserir na realidade de Viçosa do Ceará. Essa interação nos permitirá confirmar ou refutar nossas hipóteses e questionamentos.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para a elaboração do presente trabalho utilizaremos alguns autores cujo esteio teórico nos guiaram na construção de nossa discussão. Para pensar o conceito de formação territorial e entender o processo de colonização europeia ocorrido, sobretudo, nos países da América Latina vamos nos basear nos escritos de Antonio Carlos Roberto Moraes (2003, 2008).

Por sua vez, a leitura da obra da arquiteta e urbanista Marcia Sant'anna (2015), nos foi primordial para compreender o todo o processo de formação que culminou na criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e no entendimento dos critérios que pautaram a seleção dos bens e conjuntos urbanos que foram tombados através das décadas. Nesse sentido, a noção de Cidade-Monumento e Cidade-Documento cunhado pela autora é indispensável a nossa pesquisa.

Por fim, para pensar o patrimônio cultural que resistem a colonialidade do poder, ou ao processo de colonização que ocorre no país há séculos, vamos nos debruçar na leitura de

Everaldo Batista da Costa (2016, 2017). Para o levantamento de informações históricas demos preferência aos que intelectuais que buscaram recuperar parte da história do Ceará Colonial, como por exemplo, Guilherme Studart (2004) e Pedro Théberge (2001).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nossa investigação se encontra ainda em andamento. Atualmente, nos focamos na construção e entendimento do processo formativo do território na qual se assenta a cidade de Viçosa do Ceará e na análise do processo de salvaguarda do acervo patrimonial local. Dessa forma, como resultados preliminares podemos tecer algumas considerações sobre como surgiu o seu núcleo original.

Serra da Ibiapaba: de fundo territorial à região colonial.

Pensar na formação territorial de uma nação, de uma província, estado ou cidade, como nos lembra Moraes (2008) não se trata apenas de descrever ou caracterizar uma determinada porção do território, mas pensar nos variados processos sociais que se associam, resultando em uma série de intervenções humanas nos lugares e criação de materialidades e ordenamentos no espaço.

Analisar esses processos, para o autor, seja por sua dimensão política, social, econômica ou cultural, nos dá a possibilidade de compreender como os territórios contemporâneos se conformaram. Assim, o território é concebido como “produto explicável pelo processo de sua formação, abrindo-se, portanto, para a ótica de conceber a geografia como uma história territorial” (MORAES, 2008, p. 53).

Localizando nosso objeto de estudo no espaço e no tempo, suas origens remontam ao período de expansão da colonização portuguesa em direção ao interior do território brasileiro. Vale mencionar que a costa das capitanias do norte já se encontrava minimamente cartografadas antes da metade do século XVII, como indica o pequeno atlas do Maranhão e o Grão-Pará de João Teixeira Albernaz I datado de 1629 (Figura 1). Outro ponto de interesse nesse produto cartográfico é a sinalização da existência de uma vila de índios no local onde se localiza a Serra da Ibiapaba, mesmo que, como veremos a seguir, neste período a missão jesuítica ainda não havia se estabelecido de maneira autossustentável.



Figura 1 – Mapa da costa do Ceará até o Maranhão, destacando a aldeia indígena. Fonte: Albernaz I, João Teixeira (1629).

Sobre o processo de colonização, Moraes (2008) pontua que o ato de colonizar pressupõe a conquista territorial, com a submissão das populações originárias, da apropriação dos lugares e subordinação dos poderes defrontado; corresponde a uma afirmação militar, uma imposição bélica e uma dominação política.

Por ser um empreendimento bastante dispendioso à metrópole europeia, era extremamente comum por parte dos colonizadores, a busca incessante por recursos naturais raros, sobretudo de pedras e metais preciosos, como ouro e prata. Tal fato vai ser de relevante importância para o processo de interiorização da colonização, saindo do litoral em direção ao centro do continente.

Ainda na leitura de Moraes (2008), vamos encontrar a estrutura do território colonial. O autor comenta que tal processo de colonização se inicia a partir das zonas de difusão, as quais

correspondiam aos assentamentos originais, serviam de base para essas incursões expansivas.

Com o crescimento e fortalecimento desses núcleos, eram estabelecidos caminhos e comunicações entre os mesmos, consolidando uma espécie de rede urbana insipiente. Esta rede, Moraes nomeou de região colonial.

O território colonial ainda era completado pelas áreas de trânsito, espaços de ocupação recente ou com ausência uma colonização perene; e pelos fundos territoriais, áreas ainda não ocupadas pelo colonizador. Estes correspondiam a estoques de espaços de apropriação futura, sob a ótica dos colonizadores. Na literatura da época, os fundos territoriais eram comumente chamados de sertões ou fronteiras (MORAES, 2003). Tais reflexões sobre o espaço colonial são relevantes para a compreensão do processo de formação territorial cearense, que vai encontrar na ocupação da serra da Ibiapaba um de seus vetores de expansão.

Como mencionado na introdução deste trabalho, Viçosa do Ceará surge, em 1700, enquanto um aldeamento indígena realizado pelos padres da Companhia de Jesus, ordem religiosa que se caracterizou, no Brasil, por suas incursões missionárias e catequéticas. Mas antes da chegada dos religiosos da Companhia em terras cearenses, houve uma primeira tentativa de conquista do Ceará.

Entre 1500 e 1603, o espaço na qual atualmente se assenta o estado do Ceará se convertia um extenso fundo territorial e uma área de trânsito, sua costa já havia sido visitada por alguns viajantes e exploradores, mas não havia um núcleo de povoamento consolidado o bastante que pudesse ser caracterizado enquanto uma zona de difusão para a colonização portuguesa. Com uma parca presença portuguesa na região, somado ao crescimento da presença francesa no Maranhão, a qual o Ceará era subordinado, suscitou a preocupação da coroa lusitana em conquistar, de fato, os territórios mais setentrionais de suas possessões na América, diluindo, sobretudo, as distâncias terrestres entre o Maranhão e Pernambuco.

É neste contexto que é realizada a primeira entrada exploradora em terras cearenses, em 1603, por parte do Capitão-Mor Pero Coelho de Sousa, açoriano residente na Paraíba. Girão (1984) conta que da Paraíba partiram três caravelas munidos de alimentos e munições, aportando na foz do Rio Jaguaribe, e seguindo por terra pelo litoral até alcançar o sopé da Serra da Ibiapaba. No local, os exploradores portugueses enfrentaram resistência de um grupo de indígenas aliados com conquistadores franceses, mas acabaram por lograr êxito em conquistar as terras do Ceará para a coroa portuguesa. Contudo, ressalta-se que a bandeira de Pero Coelho falhou em alcançar o Maranhão.

Por sua vez, a presença jesuíta na região iniciou em 1608, com a presença dos Padres Francisco Pinto e Luiz Figueira que iniciaram os trabalhos de catequese dos índios na Serra da

Ibiapaba. Essa primeira missão se encerrou de forma trágica com a morte do Padre Pinto em uma insurgência dos nativos (figura 2).



Figura 2 – Representação do assassinato do Padre Francisco Pinto. Fonte: Cnobbaert, Michel (1667).

Em 1656, Padre António Vieira visita pessoalmente a serra e instaura, com auxílio dos Padres Pedro de Pedrosa e António Ribeiro, a Missão de Ibiapaba. Entretanto, a missão falha em estabelecer bases sólidas para um aldeamento. Tal fato, só viria acontecer na virada para o século XVIII, com a fundação da Aldeia da Ibiapaba pelos Padres Ascenso Gago e Manuel Pedroso.

É interessante pontuar que mesmo com a aldeia já efetivada, as incursões dos missionários da Companhia de Jesus aos rincões dos sertões cearenses (fundos territoriais) não cessaram, continuando com o trabalho de cooptação dos indígenas e os aldeando na serra. Desta forma, com o tempo, a aldeia se tornou a maior, em termos de população, da província. Leite (1943) transcreve um relatório de João de Brewer, padre visitador que esteve pela Aldeia de Ibiapaba em 1756. Nele o religioso contabilizava a existência de 6.106 indígenas, em um total de 1000 casais, sendo grande parte oriundo da nação Tabajara.

Por sua vez, Domingos do Loreto Couto, cronista e religioso pernambucano, em sua obra “Desaggravos do Brasil e Glória de Pernambuco”, ia além e afirmava que na Aldeia de Ibiapaba chegaram a viver mais de dez mil pessoas, sendo elas oriundas de quatro nações diferentes, tendo como as principais os Tabajaras e os Topez (COUTO, 1904).

A forma encontrada pelos membros da Companhia que administravam o aldeamento para garantir a subsistência de sua população residia na criação e venda de gado. Para tanto, o Padre Ascenso Gago recebeu a doação de três sesmarias do então capitão-mor do Ceará Gabriel da Silva Lago entre 1706 e 1708. Posteriormente, outras terras foram acrescentadas ao patrimônio da missão da Ibiapaba, oriundas, sobretudo, de doações e compras. Em 1759, ano de elevação da aldeia à condição de vila, os religiosos tinham a posse de quatro fazendas (Imbueira, Missão, Tiaya e Pitinga) e mais de 4.700 cabeças de gado bovino (MARTINS, 1930).

Com a expulsão da Companhia de Jesus das possessões coloniais portuguesas, os padres que administravam a aldeia foram presos e exilados pelo ouvidor de Pernambuco. A igreja de Nossa Senhora da Assunção foi entregue a um novo pároco e foi elevada à categoria de vila com o nome de Vila Viçosa Real (STUDART, 2004). Os bens e terras foram repartidos entre a igreja, o vigário, o diretor dos índios, o hospital e outras autoridades que se virem se estabelecer na Vila Viçosa. (MARTINZ, 1930).

Organização espacial e urbanística da Aldeia de Ibiapaba e Vila Viçosa Real.

Sobre a organização espacial e social do aldeamento, Leite (1943) nos informa que a aldeia se estruturou a partir da junção de outras três pequenas aldeias, as quais foram divididas em espécies de bairros. A opção por esta divisão decorreu da necessidade de apaziguar algumas tensões que existiam entre os grupos e para que pudessem replicar a experiência vivida durante o período em que estavam separados.

Ao centro se encontrava a igreja em honra a Nossa Senhora da Assunção e uma grande praça em forma de quadra. Vizinho à igreja, erigiu-se a residência dos padres, construída em madeira e barro, e coberta com folhas de palmeira, material ricamente encontrado na serra.

Outro relato interessante de como se encontrava a aldeia da Ibiapaba na época a qual foi elevada à categoria de Vila, é o do Mestre Piloto Manuel Róis dos Santos que participava da comitiva que viajou até a Ibiapaba para estabelecer vila e expulsar os padres jesuítas do local em 1759.

Segundo o mestre piloto, a igreja da aldeia da Ibiapaba se encontrava localizada em uma

planície no alto da serra, logo ao lado se localizava a residência dos missionários e a sua frente havia erigido um cruzeiro. Bordeando a igreja e o grande largo da praça, se encontrava três carreiras de casas ou cabanas feitas ou cobertas de palha, onde habitavam indígenas das etnias tabajaras, anacés, cariús e coaçus (STUDART, 2004).

Outro trecho considerável do relato de Manuel Róis dos Santos é aquele em que o mesmo faz um levantamento de todas as vias de acesso que encontrou quando chegou a Aldeia de Ibiapaba. O mestre piloto em sua descrição pontuou a existência de 19 ladeiras, que na realidade se convertiam em 19 vias ou entradas para a aldeia e para a serra.

Além disso, destacava que tais ladeiras faziam a comunicação com o Piauí, através das vilas de Parnaíba e do Mocha (atual Oeiras), e com o Maranhão e a Bahia, e era por onde chegavam e partiam as boiadas, sobretudo, em direção ao porto do Camocim (STUDART, 2004). Tal relato indica que quando foi elevada à vila, Viçosa não se encontrava completamente isolada no alto da serra da Ibiapaba, mas já estava inserida em uma insipiente rede urbana, ou como pontua Moraes (2008), ela fazia parte de uma região colonial minimamente consolidada.

Um marco importante que vai rebater diretamente em como se organizavam as vilas de índios no século de XVIII, foi o estabelecimento do *“Directorio que se deve observar nas povoaçoens dos índios do Pará, e Maranhão, equanto Sua Magestade não mandar o contario”* um código ideológico e de condutas proposto pelo governador geral do Grão-Pará e Maranhão Mendonça Furtado em 1757 e ratificado pelo Rei Dom José I, no ano seguinte.

Como nos conta, Arraes (2018), o Diretório do Índios era um documento que perpassava por várias instâncias que influenciavam a vida cotidiana nas vilas, sejam elas de ordem cultural, econômica, administrativa, urbana ou ética. Alguns exemplos de imposições que o Diretório dispunha; a obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa, em detrimento a língua geral que era ensinada pelos jesuítas; a criação de ao menos duas escolas públicas, uma para os meninos e outra para as meninas; a abolição da poligamia e a construção de casas unifamiliares; o incentivo ao casamento entre brancos e indígenas; a extinção da escravidão e maus-tratos aos indígenas; entre outros (DIRECTORIO..., 1758).

Do ponto de vista urbanístico, o documento não expressava diretamente um modelo de ordenamento da forma das vilas que devesse ser seguido, mas, em linhas gerais, replicava algumas diretrizes comuns às aplicadas aos conselhos de Portugal, como, por exemplo, a exigência de se construir as casas de câmaras e as cadeias (ARRAES, 2018). Outro aspecto ligado a morfologia da vila a qual o Diretório mencionava era o incentivo à substituição das choupanas de palha por “casas decentes”, visto que as antigas residências eram vistas como símbolo de populações “bárbaras” e “incultas” (DIRECTORIO..., 1758).

Essas considerações arquitetônicas se fazem necessário pois são a partir delas que se vai delinear muito o que é visto atualmente no conjunto urbano de Viçosa do Ceará, sobretudo no que tange ao traçado urbano e tamanho dos lotes, visto que permanecem bastante similares ao arruamento estabelecido no período em que a cidade ainda era uma vila. Este fato vai ser utilizado como uma das justificativas propostas para a salvaguarda desse conjunto pelo IPHAN, como veremos adiante.

Outra reflexão que se pode tirar do que apresentamos no escopo deste tópico é que apesar dos missionários da Companhia de Jesus estarem a serviço da coroa portuguesa, o estado português somente irá, de fato, se impor na Serra da Ibiapaba com o estabelecimento da Vila Viçosa Real, em 1759. É com a elevação à vila que irão se instalar os primeiros edifícios públicos: a casa de câmara, a cadeia pública e o pelourinho; da perspectiva da administração religiosa e judiciária, é após a instauração do estado português no antigo aldeamento que irão ser criados a freguesia e a comarca de Viçosa. Poderes que unidos atuam na organização e controle político, cultural e social da população indígena que ali residia.

Ademais, com a criação do Diretório do Índios entendemos que se tem a aceleração do processo de assimilação cultural portuguesa por dos indígenas da Ibiapaba. Ao se estabelecer uma série de regras e códigos de postura pautados nas práticas culturais exercidas na metrópole, os costumes e hábitos originários tenderiam a ser censurados e criminalizados, sendo relegados ao esquecimento com o avançar do tempo. Além da imposição cultural, a colonialidade portuguesa na Ibiapaba também se afirma através da arquitetura, a partir do momento em que se exige a construção de residências similares aos dos brancos, dando a povoação uma feição verdadeiramente portuguesa à vila.

Considerações sobre o processo de tombamento do conjunto urbano de Viçosa do Ceará.

O processo de tombamento que culminou na salvaguarda do conjunto urbano de Viçosa do Ceará teve sua abertura realizada em 2002, sendo incluído no livro do tombamento arqueológico, etnográfico e paisagístico no ano de 2005, e finalizado em 2009. Entre tanto agentes envolvidos em uma ação como essa, dois nomes se sobressaem, e de certa forma, vão personificar esse tombamento: o de Romeu Duarte Junior, arquiteto e professor ligado ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará, superintendente regional do IPHAN no Ceará na época, responsável pela produção do estudo técnico referente ao tombamento; e o de José Liberal de Castro, arquiteto ligado à mesma instituição, cujos estudos sobre a Igreja Matriz de Viçosa do Ceará foram basilares para a efetivação da salvaguarda

Dessa maneira nossa intenção nessa seção é tecer alguns comentários sobre como foi pensado e estruturado o estudo técnico para o tombamento e o quê, de fato, foi acatado pelo IPHAN quando do aceite e ratificação da salvaguarda do conjunto urbano.

O estudo se inicia apresentando a formação histórica da cidade, desde as primeiras incursões ou bandeiras colonizadoras portuguesas, perpassando pela atuação dos missionários da Companhia de Jesus no processo de aldeamento indígena e finaliza expondo um quadro da cidade durante o século XIX, através de relatos de intelectuais e de relatórios da assembleia provincial.

Somado a investigação histórica da cidade de Viçosa do Ceará, o estudo técnico apresenta um extenso levantamento fotográfico das fachadas de cada edifício inserido na poligonal proposta para o tombamento; o desenho do perfil de cada quadra e fachada; e um conjunto de cartografias demonstrando o processo de evolução urbana, desde a elevação da vila até a atualidade.

É interessante notar que o estudo técnico constantemente busca realçar a cidade de Viçosa enquanto importante palco ou cenário, onde ocorreram diversos eventos e passagens históricas de relevante importância tanto para a história do estado do Ceará, quanto para outros estados como os vizinhos Piauí e Maranhão. Nesse contexto, o passado indígena da região e sua relação com as missões jesuíticas torna-se peça central na construção da narrativa que justificaria a salvaguarda deste conjunto urbano.

Contudo, não havendo muitos vestígios materiais que remontem o período do aldeamento, até pelos desígnios propostos pelo Diretório do Índios como mencionamos anteriormente, como se poderia tentar fundamentar o tombamento por esse viés histórico? A saída encontrada pelos proponentes recaiu sobre traçado urbanístico conservado do antigo aldeamento:

A cidade de Viçosa do Ceará ainda mantém o traçado inicial da aldeia jesuítica da Ibiapaba, fundada em 1700 pelo Padre Ascenso Gago, sede da missão aí presente entre 1691 e 1759: grande praça com acesso de maior destaque por rua central desembocando defronte à Igreja e residência dos Jesuítas e três carreiras de cabanas como a habitação dos índios. (IPHAN, 2002, p. 23).

Preservar esse traçado original, dessa maneira, seria um ato de “reverência” aos indígenas que por lá viveram e de suas aldeias, uma espécie de retorno a uma “ambiência indígena pré-colonial praticamente intocada” (IPHAN, 2002, p. 24). Além disso, o estudo técnico se encerra afirmando que a cidade de Viçosa do Ceará, com seu traçado urbano colonial e edificações de características ecléticas oriundas do século XIX e início do XX, se converte



em um importante documento que ajuda a narrar o processo de ocupação do território nacional.

É nessa noção de cidade enquanto documento que a proposta de tombamento de Viçosa vai ser embasada. A ideia de uma cidade-documento tem sua origem dentro do IPHAN a partir dos anos 1980, quando emerge uma nova visão acerca dos tombamentos de cidades históricas, se distanciando dos critérios puramente estéticos, e dando maior ênfase àqueles conjuntos que, embora não tenham uma beleza excepcional, nos informam sobre o processo de ocupação e formação território brasileiro (SANT'ANNA, 2015).

Contudo, o que se visualizou no parecer favorável à salvaguarda de Viçosa enquanto patrimônio nacional foi uma avaliação predominantemente estética e arquitetônica do sítio, prática que era bastante recorrente nos primeiros tombamentos realizados pelo IPHAN, no final da década de 1930 e 1940.

No referido parecer, Liberal de Castro afirmava que tal proteção tinha como função primordial conservar um quadro de forma a valorizar a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção (ver figura 3), templo católico mais antigo do Ceará, e monumento que havia recebido a proteção federal anos antes, sendo inscrito nos livros de tombos histórico e de belas artes. (CASTRO, 2002).

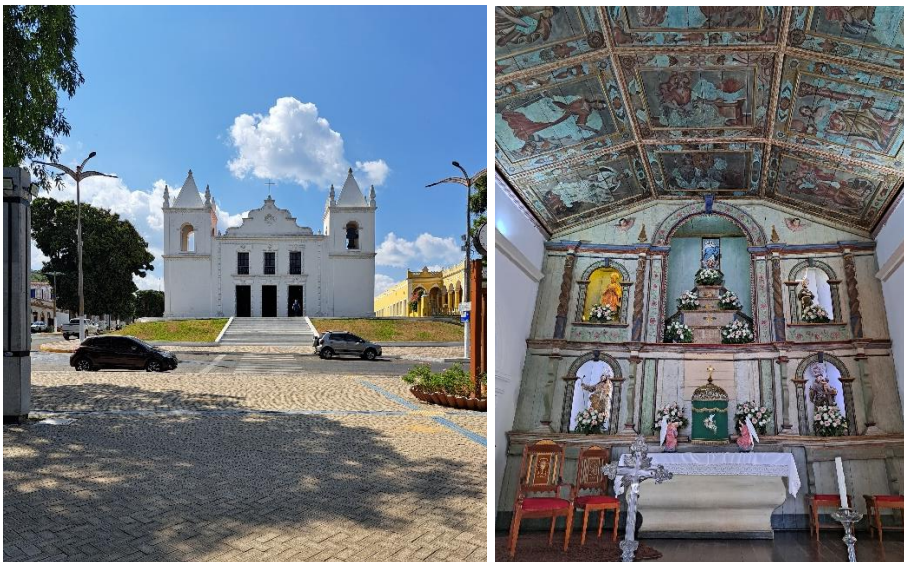


Figura 3 – Fachada e Altar-Mor da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção. Fonte: Arquivo pessoal do autor (2023).

Ainda sobre o panorama arquitetônico da cidade, o arquiteto mencionava que o sítio apresentava uma homogeneidade volumétrica, mas ressaltava que havia muitas alterações em suas fachadas, resultando em poucos exemplos de bens em suas versões “originais”. Ele pontuava os imóveis mais antigos datavam do século XIX, e que alguns deles ainda

conservavam algumas características que pareciam remontar ao período de vigência do “diretório dos índios”, como a predominância de cheios e lotes com vão pequenos e de trinta palmos de frente (CASTRO, 2002). Contudo, a maioria dos edifícios apresentavam traços arquitetônicos mais recentes, predominando o estilo eclético.

Em síntese, percebemos que toda a construção narrativa realizada no estudo técnico para o tombamento pautada na exaltação ao passado indígena e na presença jesuítica na região, e que ainda se expressaria no sítio através de seu traçado urbano, terminou por ser relegado a um segundo ou terceiro plano. A elegância e a homogeneidade de seu acervo de edificações, e sobretudo, a riqueza arquitetônica presente na igreja matriz, tiveram um peso muito mais relevante para efetivação da salvaguarda do núcleo original de Viçosa do Ceará.

Revela-se, dessa forma, uma dissonância entre o discurso apregoadado referente ao afastamento de uma percepção monumental de tombamento, e o que, muitas vezes, é posto em prática: uma eterna repetição de uma visão pautada na beleza estética e arquitetônica, que permeia a instituição do IPHAN desde a sua fundação em 1937.

Ainda há reminiscências culturais de matriz indígena em Viçosa do Ceará?

Um ponto interessante presente no parecer de tombamento do sítio urbano de Viçosa era uma recomendação de inserção da cidade em um roteiro turístico mais amplo, indicando como pontos fortes a riqueza ambiental da serra da Ibiapaba e suas conexões via estrada, sobretudo com o estado do Piauí. E isso, de fato, vem ocorrendo na última década, especialmente, com a criação de festivais culturais na cidade, como o Festival Mel, Chorinho e Cachaça e o Festival de Música na Ibiapaba, que tem dinamizado o turismo na região.

No entanto, e não diminuindo o valor cultural desses eventos, percebe-se poucas menções ao passado e cultura indígena que foram o povo fundante da cidade no início do século XVIII. Tal histórico somente é exaltado em datas comemorativas, como no dia 19 de abril, data em que se comemora os povos indígenas, através de pequenas notas nas mídias digitais da prefeitura municipal.

Tal fato nos levou a indagar se alguma prática cultural indígena ainda se faz presente em Viçosa do Ceará, visto que materialmente pouco restou do antigo aldeamento e tendo em mente todo processo de assimilação e apagamento cultural empreendido pela colonização portuguesa na Serra da Ibiapaba. É nesse sentido que vamos evocar o conceito de patrimônio territorial construído por Costa (2016).

Na concepção do autor, o patrimônio-territorial equivale aos símbolos territoriais que



resistência à colonialidade do poder. Tais elementos podem ser de cunho imaterial, como uma religião, um saber-fazer, um modo de vida tradicional, bem como podem ser natureza material, como no caso de assentamentos de grupos subalternizados. Uma forma de legitimar a diversidade de memórias nacionais e denunciar a apagamento, ou a tentativa, dessas culturais de grupos subalternizados (COSTA, 2016).

Temos ciência que somado a esse conceito, Costa (2017) estabelece uma série de procedimentos metodológicos, pautado, sobretudo, na participação popular e em um viés descolonial de se produzir ciência. Contudo, nos deteremos aqui ao cerne deste conceito, buscando identificar possíveis práticas culturais que resistiram a toda empresa colonial que se realizou em Viçosa do Ceará.

Nossa pesquisa ainda está em andamento, desta forma, no presente trabalho apresentaremos algumas reflexões iniciais obtidas com as primeiras atividades em campo. Neste sentido, em meio a essas incursões a campo, a caso de Sítio Tope nos chamou bastante a atenção. O Tope é um pequeno aglomerado urbano distando menos de cinco quilômetros da poligonal de tombamento do conjunto urbano da cidade de Viçosa. Nesta localidade existe uma associação de ceramistas (ver figura 4) que produz peças de barro (vaso, panelas, pequenas estátuas, etc.) que são comercializadas tanto nas cidades vizinhas à Viçosa, quanto na capital Fortaleza.



Figura 4 – Produtos de barro produzidos pela Associação de Ceramistas do Tope. Fonte: Arquivo pessoal do autor (2023).

Tal arte ganhou um maior fôlego em sua divulgação através do estado, sobretudo, a

partir do registro de Francisca Rodrigues Ramos do Nascimento, conhecida como Dona Fransquinha, moradora do Sítio Tope, enquanto uma mestra da cultura popular do Ceará. A lei nº13.351, de 22 de agosto de 2003, que institui o registro dos Metres da Cultura, se converte na principal legislação que versa sobre a salvaguarda do patrimônio imaterial no estado do Ceará.

Contudo, essa prática de se produzir objetos e utensílios a partir do barro na Serra da Ibiapaba não é algo recente, suas raízes remontam ao período pré-colonial quando os indígenas da serra cunhavam potes eoringas para armazenar água e bebidas fermentadas. Nossa afirmação se embasa em relatos de viagem como o do Pedro Théberge, que em passagem pela Ibiapaba em 1848, registrou a presença de inúmeros vasilhames indígenas em locais onde não se havia a presença de colonos brancos (THÉBERGE, 2001).

Dessa maneira, entendemos que essa arte em barro presente no Sítio Tope pode ser considerada como sendo um patrimônio-territorial em Viçosa do Ceará. Uma prática indígena que sobreviveu, mesmo que com modificações, ao processo de assimilação e controle cultural realizado inicialmente pelos padres jesuítas na Aldeia de Ibiapaba, e continuado, posteriormente, quando o poder português se estabeleceu efetivamente com a instalação da Vila Viçosa Real.

Contudo, é notável que essa origem indígena é ocultada ou esquecida quando se fala dessa arte local. O que geraria esse esquecimento ou ocultamento? O conhecimento desse passado indígena não chegaria a sua população local? Ou o pensamento colonial em Viçosa permanece tão entranhado em seus moradores que estes não se reconhecem enquanto descendentes de índios? Questões instigantes e que merecem uma maior reflexão, somente poderão encontrar resposta com o avançar de nossa pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto, Viçosa do Ceará se configura como um ponto importante no processo de formação do território do estado do Ceará. Palco de disputas e batalhas; entre franceses e portugueses; entre os povos originários e colonizadores, tendo como plano de fundo as belas paisagens da Serra da Ibiapaba.

Terra profícua em termos culturais. Seu núcleo originário, por sua beleza arquitetônica e riqueza histórica, tornou-se monumento e patrimônio nacional pelo IPHAN em 2005. E no Tope, o patrimônio imaterial, através do saber-fazer indígena, se faz presente, resistindo à séculos de colonização.



Nossa investigação se encontra em andamento, tendo ainda muito o que caminhar, contudo esperamos contribuir eficazmente nos debates acerca da formação do território cearense, além de fornecer novos subsídios aos estudos patrimoniais na esfera da geografia cearense.

REFERÊNCIAS

ALBERNAZ I, João Teixeira. [Pequeno atlas do Maranhão e Grão-Pará]. [ca.1629]. 1 carta ms. em 3 seções, desenho a tinta, 47,3 x59,7. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart555828/cart555828.pdf. Acesso em: 10 Nov. 2023.

ARRAES, Esdras Araujo. As vilas de índios dos sertões do norte e do estado do Maranhão: desenho, território e reforma urbana no século XVIII. **Antíteses**, Londrina, v. 11, n. 21, p. 193-216, jan./jun. 2018. Semestral.

CASTRO, José Liberal de. Viçosa do Ceará. Parecer sobre tombamento federal de trecho urbano. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, Anno CXVI, p. 45-67, 2002.

CNOBBAERT, Michel. [P. Franciscus Pintus vande Societeyt Jesu, wort vande Brasilianen met pylen doorschoten, op den 11. Januari des jaars 1608]. [1667]. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/6306>. Acesso em: 10 Nov. 2023.

COSTA, Everaldo Batista da. Utopismos patrimoniais pela América Latina - resistências à colonialidade do poder. In: XIV Colóquio Internacional de Geocrítica, 2016, Barcelona. *Las utopías y la construcción de la sociedad del futuro*, 2016. v. 1. p. 1-30.

_____, Everaldo Batista da. Ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina: teoria e metodologia. *Cuadernos de geografía*, v. 26, p. 53-75, 2017.

COUTO, Domingos do Loreto. **Desaggravos do Brasil e Glorias de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904. 566 p.

DIRECTORIO que se deve observar nas povoações dos Índios do Pará, e Maranhão Emquanto Sua Magestade não mandar o contrario. Lisboa: Officina de Miguel Rodrigues, 1758. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518740>. Acesso em: 10 Nov. 2023.

GIRÃO, Raimundo. **Pequena História do Ceará**. 4. ed. Fortaleza: Edições UFC, 1984. 294 p. (Coleção Estudos Cearenses, 1).

IPHAN. **Viçosa do Ceará**: estudo para tombamento federal do conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Viçosa do Ceará - CE. Fortaleza: Iphan, V. 1 (2), 67 P. 2002.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**: tomo iii: norte - 1) fundações e entradas século xvii - xviii. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1943. 544 p.



MARTINS, Vicente. O Hospício dos Jesuítas de Ibiapaba. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v. 44, p. 95-144, 1930.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza et al (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. Cap. 1. p. 9-30.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2008. 154 p.

_____, Antonio Carlos Robert. O Sertão. **Terra Brasilis**, Online, v. 4-5, p. 1-9, 2003. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/341>. Acesso em: 25 nov. 2023.

SANT'ANNA, Márcia. **Da cidade-monumento à cidade-documento: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937-1990**. Salvador: Oiti Editora, 2015. 456 p.

STUDART, Guilherme. **Notas para a História do Ceará**. Brasília: Senado Federal, 2004. 504 p. (Edições do Senado Federal).

THÉBERGE, Pedro. Esboço Histórico sobre a Província do Ceará. Tomo I. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001 (fac-símile da edição publicada em 1875).